

ATA DE REUNIÃO Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau.	Data: 10.06.2021
--	------------------

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
10.06.2021	10h00	12h20	Virtual https://tjes-jus-br.zoom.us/j/83606345745 Meeting ID: 836 0634 5745

2. Participantes

Nome	Cargo e ou Setor
1. Des. Janete Vargas Simões – Presidente	Desembargadora – Presidente do Comitê
2. Thiago Albani Oliveira Galveas	Juiz de Direito Assessor Especial da Presidência
3. Ricardo Furtado Chiabai	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
4. Marcelo Feres Bressan	Juiz de Direito – indicado pela Presidência
5. Daniel Barrioni de Oliveira	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
6. Getúlio Marcos Pereira Neves	Juiz de Direito – escolhido pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;
7. Jose Pedro de Souza Neto.	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
8. Arion Mergár	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
9. Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - servidora indicada pela Presidência
10. Elson Gonçalves Júnior,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
11. Fabrício da Silva Cabidelli	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
12. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio,	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
13. .Francisco Manoel Bittencourt	Servidor eleito por votação direta entre os servidores.

3. Pauta

Descrição
<ol style="list-style-type: none"> 1. Leitura da Ata da reunião anterior (03.03.2021) alterada por sugestão apresentada pelo Servidor Elson Gonçalves Júnior 2. Planejamento Estratégico - Documentos constitutivos - encaminhamento prévio da Minuta de Resolução a ser aprovada pelo Tribunal Pleno.

4. Deliberações

Descrição
<p>A reunião foi iniciada com a fala da Desembargadora Janete Vargas Simões, oportunidade em que saudou os presentes. Passado aos pontos de pauta houve uma inversão tácita da mesma. Dr. Thiago informou aos presentes que naquele momento estava sendo apresentada a minuta de Resolução do Planejamento Estratégico a ser submetida à apreciação do E. Tribunal Pleno. Explicou aos presentes que a minuta, bem como os documentos constitutivos estabelecem os princípios de atuação do Poder Judiciário e que serão desdobrados em Planos de Ação. Explicou ainda que o trabalho foi resultado de uma reflexão conjunta realizada com as áreas administrativas e as supervisões, oportunidade em que foram oportunizadas as discussões relevantes sobre os temas. Dr. Marcelo perguntou qual o período de vigência do Planejamento Estratégico e foi respondido pela assessora Rita que o mesmo será de 2021 a 2026. O servidor Elson Júnior questionou se planejamento estratégico está inserido o processo de integração de Comarcas, haja vista que não há uma decisão definitiva do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como pontuando novamente a necessidade de manter o acesso à Justiça. A Assessora Rita explicou que o planejamento Estratégico levou em considerou a integração de comarca como um cenário, exatamente como são todos aqueles necessários para as projeções. Explicou que o Planejamento Estratégico se constitui num grande guarda-chuva para demonstrar como o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo está se preparando para o enfrentamento dos Macrodesafios fixados pelo Conselho Nacional de Justiça. A desembargadora Janete reforçou a obrigação de cumprimento das diretrizes constantes do Planejamento Estratégico. O servidor Elson Júnior retomou a palavra para dizer que o Planejamento Estratégico tem como mérito abarcar toda a gestão orçamentária e financeira do TJES, questionando em razão disso qual o percentual de investimentos do TJES sobre o conjunto de sua Receita, tendo em vista, inclusive, o papel do FUNEPJ para investimentos e aprimoramento dos servidores. A assessora Rita explicou que o planejamento estratégico antecede as decisões de gastos. Explicou que a especificação dos gastos não será tratada no bojo da Resolução. Que o momento de discussão de valores não é agora. O servidor Elson Júnior retomou a palavra para falar sobre o Nupemec, dada a sua importância e a necessidade de ser contemplado junto ao Planejamento Estratégico. A desembargadora Janete falou que as atividades do Nupemec serão fortemente impactadas pela decisão de integração de comarca. O servidor Elson Júnior ressaltou que os servidores que fazem mediação e tem colaborado muito para os trabalhos do Nupemec precisam</p>

ser remunerados pelo serviço. A desembargadora Janete falou que ela mais do que ninguém conhece essa realidade e entende da necessidade. Dr. Thiago reforçou o empenho da Des. Janete. A Desembargadora Janete perguntou aos presentes se gostariam de se manifestar, oportunidade em que o Dr. Ricardo Chiabai e o Dr. Daniel se manifestaram para elogiar a minuta que ora se apresentava. Na sequência, a servidora Lavínia se manifestou sobre a atuação dos mediadores. Disse que os mesmos pagam para trabalhar. Uma segunda colocação que fez foi sobre a atuação do Comitê e que a mesma deverá estar de acordo com o Planejamento Estratégico. Perguntou quando a Resolução deverá ser aprovada para o efetivo trabalho do Comitê. A desembargadora Janete perguntou se restava alguma dúvida acerca da pauta e se poderia ser considerado aprovado. O servidor Fabricio se manifestou para dizer sobre a data da próxima reunião dia 22 de setembro e que considera tarde para a participação do Comitê. Dr. Thiago explicou que o prazo para apresentação do orçamento ao Executivo no ano passado dependeu de vários debates. A desembargadora sugeriu que constasse da ata a possibilidade de uma reunião do Comitê, extraordinária para tratar do orçamento. O servidor Elson Júnior solicitou a retomada do primeiro ponto de pauta e, neste sentido, foi realizada pela assessora Rita a leitura da ata da reunião do dia 03.03.2021, oportunidade em que foi aprovada pelos presentes e que deverá ser publicada no site do TJES em local próprio identificado. O servidor Elson Júnior se lembrou da necessidade de publicação imediata das atas, haja vista que até a presente data não foram publicadas as últimas Atas do Comitê no site do TJES, como determina a Resolução do CNJ. A servidora Rita reconheceu a falha. O servidor Elson Júnior informou da necessidade de obediência ao princípio da publicidade. O servidor Elson Júnior ainda reforçou a necessidade do Comitê conhecer do Orçamento do TJES antes de sua votação na Assembleia Legislativa, fato que não ocorreu ano passado, apesar de ter havido essa cobrança junto ao Comitê. A desembargadora Janete sugeriu a publicação das atas no Diário da Justiça, objetivando ampliar a publicidade. A desembargadora Janete agradeceu a presença dos presentes. A reunião foi encerrada.

5. Aprovação